

ANO 13
N71
outubro 2022

RESSEGURO ONLINE

SEGUROS E RESSEGUROS EM DESTAQUE

**O RESSEGURO E A
REGULAÇÃO ESTATAL ATUAL**
por Sergio Ruy Barroso de Mello

RATING DE SEGUROS
Otimismo desde
o início do ano

GIRO DE NOTÍCIAS

Pellon
& Associados
A D V O C A C I A

www.pellon.com.br

RESSEGURO ONLINE

ANO 13 N71 outubro 2022

Pellon
& Associados
A D V O C A C I A

Publicação do Escritório
Pellon & Associados Advocacia

Luís Felipe Pellon
Sergio Ruy Barroso de Mello

PROJETO GRÁFICO
MGC COMUNICAÇÃO

Distribuição Online

As opiniões expressas nos artigos assinados, bem como o serviço de Clipping (elaborado originalmente por outros veículos) são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do escritório Pellon & Associados Advocacia.

A reprodução de qualquer matéria depende de prévia autorização. Imagens retiradas da internet, de domínio público.

Rio de Janeiro

Rua Desembargador Viriato, 16
20030-090 Rio de Janeiro RJ Brasil
+55 21 3824-7800



+55 11 3371-7600

www.pellon.com.br
corporativo@pellon.com.br

SUMÁRIO

03

CONTRATO DE RESSEGURO

O RESSEGURO E A
REGULAÇÃO ESTATAL ATUAL
SERGIO RUY BARROSO DE MELLO

06

RATING DE SEGUROS

EM SEGUROS, OTIMISMO DESDE
O INÍCIO DO ANO

07

GIRO DE NOTÍCIAS

PRÊMIOS EMITIDOS PELAS RESSEGURADORAS
CHEGAM A R\$15,3BI NO PRIMEIRO SEMESTRE

VENDAS DE SEGURO VIAGEM AVANÇAM 233%
NO MES DE AGOSTO, SEGUNDO FENAPREVI

INDENIZAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS PELAS
SEGURADORAS SOBEM 21% ATÉ AGOSTO

ALTA DO PREÇO FAZEM EMPRESAS
CANCELAREM SEGURO FROTA, MAS CORRETOR
ALERTA SOBRE RISCOS

MULHERES LUTAM POR ESPAÇO NA DIREÇÃO
DE SEGURADORAS

CONTRATO DE RESSEGURO

O RESSEGURO E A REGULAÇÃO ESTATAL ATUAL
POR SERGIO RUY BARROSO DE MELLO



Sergio Ruy Barroso de Mello
Fundador e Vice-Presidente
do Conselho de Pellon &
Associados Advocacia

Intervenção estatal

A intervenção estatal na regulação e fiscalização da atividade de resseguro tem o claro propósito de atuar pelo equilíbrio das relações e do desenvolvimento da atividade, respeitando padrões mínimos de conduta ética e funcionando como mecanismo tendente a equilibrar os efeitos das relações pelo uso da autonomia da vontade em sua plenitude.

Historicamente, o tema encontra sua mais ampla visibilidade nas desastrosas ocorrências no campo político durante o século XX, as quais modificaram significativa e intensamente a atividade de seguro e resseguro em muitos países. Na região do então conhecido “Bloco Comunista”, e em muitos Estados que eram socialistas, o

setor de seguros sofreu forte nacionalização e as atividades passaram a ser realizadas por organismos estatais, cuja ligação com o Governo se deu, invariavelmente, pela submissão ao Ministério de Finanças.

Algumas legislações, e o Brasil é um concreto exemplo, optaram por promover a criação separada de corporações estatais voltadas exclusivamente para o resseguro, a fim de contratar negócios com as empresas estrangeiras de resseguro, geralmente de maneira recíproca, dado que as corporações aceitavam os resseguros externos em troca das cessões oferecidas.

O desejo de criar uma indústria de seguro nacional potente e capaz de reter, senão no todo, a maior parte do risco, é anterior ao século XX. Um dos objetivos dos criadores da Cologne Reinsurance Company, em 1852, era conservar para uma companhia alemã os excedentes que os seguradores alemães haviam contratado anteriormente com as companhias alemãs e belgas.

Em 1927, o governo do Chile adotou essa ideia e proibiu a formação de agências de companhias de resseguros estrangeiras, criando uma corporação estatal de resseguros denominada Caja Reaseguradora de Chile. Os seguradores estrangeiros foram legalmente obrigados a ceder à Caja parte de todos os riscos subscritos no



Algumas legislações, e o Brasil é um concreto exemplo, optaram por promover a criação separada de corporações estatais voltadas exclusivamente para o resseguro

país, e esse organismo estatal monopolizou todos os resseguros contratados no exterior.

O exemplo do Chile foi imitado mais tarde pelo Brasil e Argentina, onde companhias estatais de resseguro passaram, por lei especial, a concentrar o poder único de aceitar resseguro e promover a retrocessão, acumulando a atividade estatal de fiscalização e normatização do próprio setor, em amplitude de poderes concentrados sem precedentes na história jurídica do instituto em nível de direito comparado.

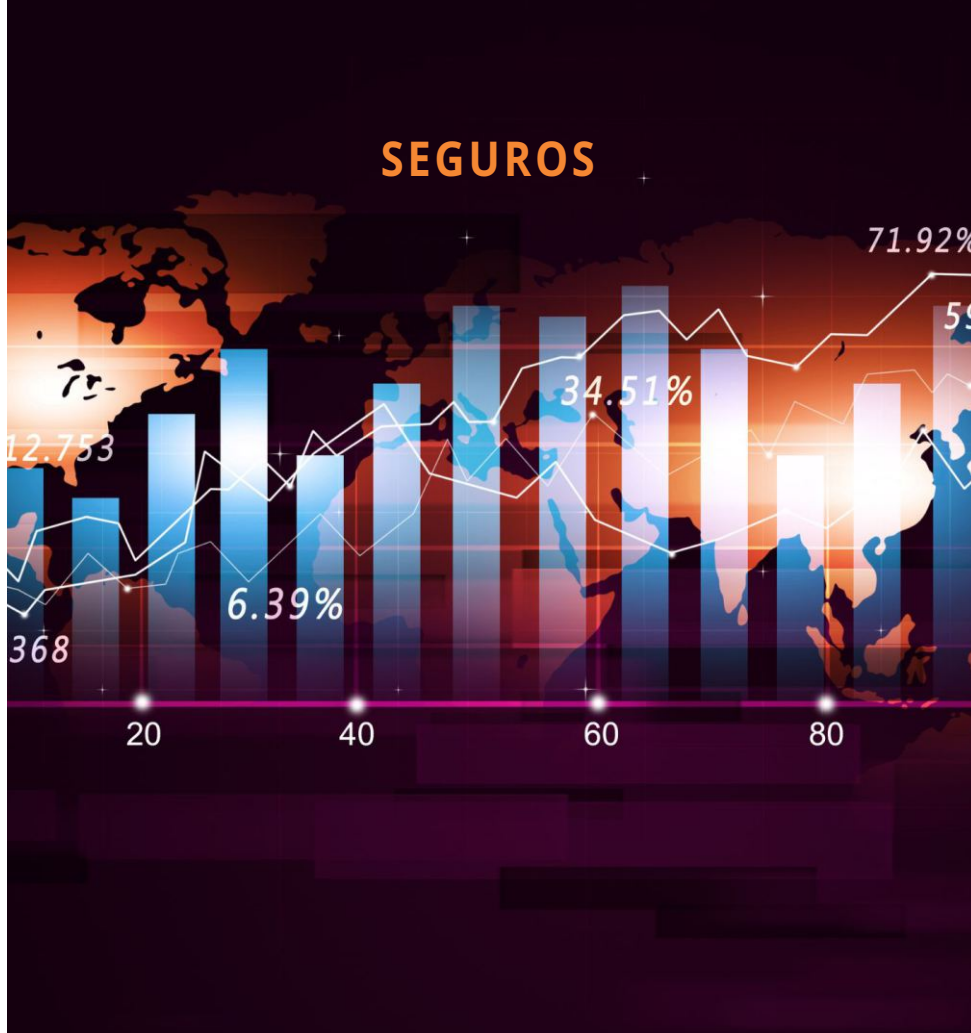
O sistema sul-americano de corporações estatais de resseguros, monopolizando as cessões obrigatórias das companhias

privadas, regulamentando e fiscalizando as operações de resseguro e, não raro, de cosseguro, foi adotado mais adiante por outros países em desenvolvimento, seguindo, a propósito, a recomendação emitida à época pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), com o fim de dependerem cada vez menos de seguradores estrangeiros.

Justamente porque as corporações estatais de resseguros não tinham como cobrir por completo a capacidade do mercado nacional, foram forçadas a celebrar parte dos contratos de resseguros no exterior. Para reduzir ao mínimo os custos da troca de divisas estrangeiras dos resseguros contratados no exterior, as corporações estatais recorriam ao intercâmbio recíproco de negócios entre seus resseguradores.

Os países em vias de desenvolvimento, que muitas vezes formaram parte de grupamentos econômicos de caráter mais geral, organizaram, em determinada época, mais fortemente nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado, verdadeiros “pools” de subscrições regionais para o intercâmbio de responsabilidades superiores às suas capacidades, os denominados “plenos de excedentes”.

A partir da década de 1980, o mundo viveu uma nova era em que o Estado, não mais interessado em assumir, como empresário, atividades econômicas de cunho específico, viu-se na obrigação de se desfazer de suas companhias resseguradoras, promovendo sua venda e a consequente alteração do Estado-Empresário-Fiscal, para uma etapa em que o Poder Público, normalmente constituído como agência reguladora, atua na intenção de regular a atividade, preservando a solvência das empresas e a boa conduta das relações empresariais, com base, inclusive, em visão mais protetiva dos interesses dos segurados e das empresas resseguradas, reconhecendo de forma objetiva as possíveis distorções ocorridas por força da dependência econômica e eliminando os excessos provocados pelo uso sem limites da liberdade contratual em sua expressão máxima refletida na autonomia de vontade das partes contratantes do resseguro.



Otimismo desde o início do ano

Em setembro, o setor de seguros continuou otimista, expectativa favorável desde o início desse ano.

Atualmente, o patamar médio dos indicadores de confiança se situa em torno de 120 pontos.

<http://www.fenacor.org.br/download/ICSSset2022.pdf>

Contribuição:



Francisco Galiza

www.ratingdeseguros.com.br

GIRO DE NOTÍCIAS

PRÊMIOS EMITIDOS PELAS RESSEGURADORAS CHEGAM A R\$ 15,3 BI NO PRIMEIRO SEMESTRE

De acordo com um mapeamento da Austral Re, principais linhas impactadas pelo crescimento foram os segmentos de Rural, Patrimonial, Pessoal Coletivo e Automóvel

Um mapeamento feito pela Austral Re, o Austral Report, revelou os principais destaques do mercado de seguros e resseguros no primeiro semestre do ano. Os prêmios emitidos das resseguradoras evoluíram positivamente e se mantêm na tendência de crescimento, atingindo a marca de R\$ 15,3 bilhões.

As principais linhas impactadas pelo crescimento foram os segmentos de Rural, Patrimonial, Pessoal Coletivo e Automóvel. A sinistralidade, por sua vez, se manteve em alta, chegando a R\$ 16,7 bilhões em sinistros ocorridos e um percentual de 110,9% frente a 94,9% no período passado.

Em decorrência desta deterioração dos sinistros, e embora tenha sido verificada melhora do índice de despesa administrativa no período e estabilidade dos custos de aquisição, o mercado fechou com índice combinado de aproximadamente 121%, contra 95,1% no período passado.

O total de patrimônio líquido das resseguradoras locais foi aproximadamente R\$ 6,8 bilhões em junho/22, com um ROAE de -16,4% no período. Com análises específicas das principais linhas de negócio, o Austral Report destaca o forte impacto negativo da linha de agro-negócio no resultado do período de análise.

As perdas atingiram recorde histórico nos seis primeiros meses, atingindo a marca de 265% de sinistralidade para as resseguradoras locais e 133% para as seguradoras do setor. Na contramão deste movimento, o segmento de property, por sua vez, apresentou melhora nas sinistralidades das resseguradoras, atingindo a marca de 88,2% para as resseguradoras locais, contra 104% no período de dezembro/2021.



O panorama geral das seguradoras demonstrou uma melhora de resultado dos últimos 12 meses, e uma contínua evolução de prêmios emitidos que ultrapassaram a marca de 155 bilhões.

O índice combinado do período atingiu a marca de 93,3% contra 95,1% no período passado, e a melhora do índice está atrelada a uma maior recuperação com resseguro no período. Nas parcelas cedidas entre empresas do setor de seguros, registrou-se R\$ 25,0 bilhões em prêmios, R\$ 4,5 bilhões em comissão de resseguro e R\$ 20,4 bilhões em sinistro (sinistralidade cedida de 111,1%).

A empresa acredita que o mercado continuará crescendo ao longo do ano, impactado pela forte retomada da economia pós pandemia e ao momento de mercado atual, que encontra-se bastante endurecido com aumento de taxas em diversos segmentos. *Fonte: Revista Apólice*

VENDAS DE SEGURO VIAGEM AVANÇAM 233% NO MES DE AGOSTO, SEGUNDO FENAPREVI

A arrecadação geral totalizou R\$ 5,3 bilhões em prêmios no mês, considerado o maior patamar desde o início de 2020. No acumulado do ano, valor chega a R\$ 37,4 bilhões

Recente relatório divulgado pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – Fenaprevi, com base nos dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), mostra que a trajetória crescente dos prêmios em seguros de pessoas, iniciada em meados de

2020, segue ganhando fôlego e obteve em agosto de 2022 o maior número da série, com alta de 16,8% em relação ao mesmo mês em 2021. Os principais ramos que puxaram o resultado dos prêmios continuam sendo Vida, Doenças Graves e Viagem, com crescimento de 16%, 15,3% e 233,2% no mês, respectivamente. Também houve elevação no seguro Prestamista de 20%.

Já no acumulado do ano (de janeiro a agosto de 2022) houve alta de 12% nos prêmios e o montante arrecadado chega a R\$ 37,4 bilhões.

Queda nas indenizações

Os sinistros se mantiveram em queda quando comparados ao mesmo período do ano passado, fortemente influenciado pela pandemia. A retração nos primeiros oito meses é de 26,6%, embora os pagamentos somem R\$ 9,4 bilhões em indenizações aos segurados. Desse total, em agosto, especificamente, foi acertado o montante de R\$ 1,2 bilhão, saldo menor 25,1% do que o registrado no mesmo mês em 2021.

A diminuição dos valores foi influenciada, principalmente, pelos ramos de seguros Funeral (com queda de 39,2%), Prestamista (36% menor) e o de Vida, que teve baixa de 31,5% quando comparado a agosto de 2021. No acumulado de 2022, a variação negativa desses segmentos foi de 27,2%, 37,3% e 33,2%.

De acordo com a Fenaprevi, esse cenário deve seguir na mesma tendência até outubro, quando o impacto da pandemia em 2021, ano base da comparação, começa a se dissipar. *Fonte: Sonho Seguro*

INDENIZAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS PELAS SEGURADORAS SOBEM 21% ATÉ AGOSTO

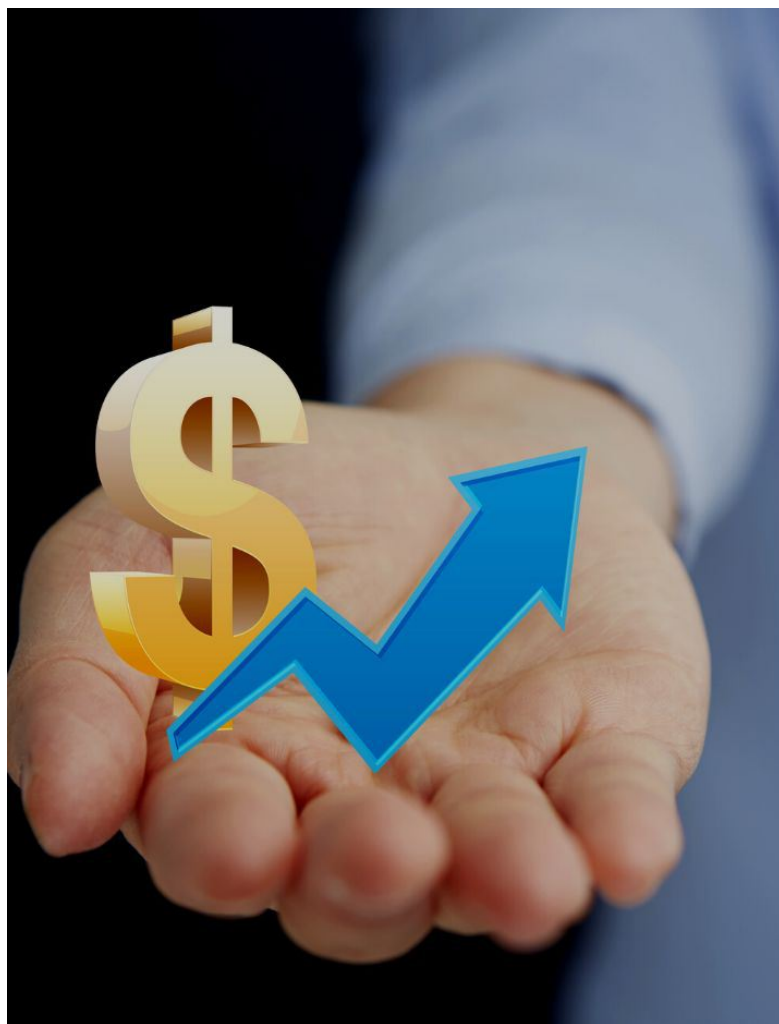
No caso da arrecadação acumulada até agosto, a alta é de 17,3% ou R\$ 233,3 bilhões, de acordo com a Cnseg

As indenizações pagas pelas seguradoras, assim como suas receitas, permaneceram em alta de dois dígitos no acumulado do ano até agosto. Os pagamentos de benefícios, resgates e sorteios cresceram 21,4%, para R\$ 149,3 bilhões no ano, comparando-se com o mesmo período de 2021. No caso da arrecadação acumulada até agosto, a alta é de 17,3% ou R\$ 233,3 bilhões.

Os dados constam do relatório Conjuntura CNseg, da Confederação Nacional das Seguradoras. Nos oito primeiros meses de 2022, os resgates e benefícios pagos pelo plano de acumulação VGBL subiram 22,5% para R\$ 72,9 bilhões. As indenizações de auto avançaram 43,5% a R\$ 20,2 bilhões. O seguro rural viu esses pagamentos avançarem 131,6% para R\$ 9,5 bilhões ante o mesmo período de 2021.

Só em agosto, as indenizações totalizaram R\$ 18,7 bilhões, 8,7% acima do mesmo mês de 2021. No mesmo mês, a arrecadação foi de R\$ 33,4 bilhões, 27% a mais do que o movimentado no mesmo mês de 2021.

Conforme a CNSeg, o desempenho se deveu à arrecadação forte em carteiras com maior participação de mercado, como seguro rural, com



alta de 45,4% sobre agosto de 2021, e auto, que avançou 44,4%. No grupo de produtos de proteção para pessoas, o VGBL registrou subida de 31,4%. A receita de agosto tornou-se a maior arrecadação mensal do ano. “Ainda que no mês a arrecadação tenha crescido mais do que as indenizações, no ano, a situação permanece inalterada, com as indenizações, benefícios, resgates e sorteios avançando mais do que a arrecadação”, assinala o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

Entre os produtos disponíveis de responsabilidades, há o seguro de responsabilidade civil geral, que teve alta de 38,3% na arrecadação em agosto. Esse seguro indeniza terceiros após sentença judicial transitada em julgado em

desfavor do segurado por danos involuntários.

No acumulado do ano, a arrecadação desse seguro já cresceu 12,5%, enquanto o pagamento de indenizações, 66%. O seguro de RC de Diretores e Administradores (D&O, Directors and Officers), contratado por empresas para seus executivos, recuou 6,3% na arrecadação mensal. Em contrapartida, as indenizações subiram 368,9% em agosto e, no acumulado do ano, 468,5%.

Já a apólice de RC Profissional (ou E&O, erros e omissões- na sigla em inglês) teve alta na arrecadação em agosto de 20,4%, enquanto as indenizações baixaram 12,2%.

Esse seguro é contratado por profissionais liberais e por empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e acionado por negligência, imperícia ou imprudência no exercício da profissão ou prestação do serviço. Evita, na prática, que o patrimônio pessoal do segurado seja usado em caso de danos involuntários causados a terceiros.

Outro produto cada vez mais requisitado na linha de RC é o seguro compreensivo de Riscos Cibernéticos. No mês, sua arrecadação subiu 22,5%, ao passo que as indenizações caíram 4,1%.

Essa modalidade oferece proteção ao segurado contra danos diretos causados por ataques cibernéticos que gerem perdas materiais, imateriais e de conteúdo informacional e interrupção de negócios, entre outras. *Fonte: Valor Econômico*

ALTA DO PREÇO FAZ EMPRESAS CANCELAREM SEGURO FROTA, MAS CORRETORA MDS ALERTA SOBRE RISCOS

“Vai levar no mínimo um ano para que este setor volte à normalidade, com uma freada no aumento do valor dos automóveis”, prevê o superintendente de transporte, aeronáutico, frota e cascos marítimos da MDS Brasil, Rodrigo Fugishima

As instabilidades trazidas pela pandemia deixaram para trás impactos econômicos e comerciais enfrentados por todo o ecossistema corporativo até os dias de hoje, contudo, alguns ramos de mercado lidam com consequências mais expressivas – a exemplo do setor automobilístico.

Durante a crise sanitária, a redução na oferta dos automóveis acarretou um aumento no valor dos veículos novos, seminovos e usados. Consequentemente, a precificação do seguro também subiu, levando muitas empresas a romperem os contratos das apólices dos seus seguros – mesmo sabendo que ficar sem a cobertura é um risco que pode sair bem mais caro do que os atuais reajustes.

De acordo com o Superintendente de Transporte, Aeronáutico, Frota e Cascos Marítimos da MDS Brasil, Rodrigo Fugishima, para que os clientes não abandonassem seus seguros, as companhias passaram a trabalhar com prêmios menores do que os realmente necessários diante dos riscos eminentes. “A consequência disso foi uma sinistralidade elevada, nunca antes vista nas carteiras das seguradoras”, afirma Rodrigo.

A tendência é de mudança e retomada da estabilidade, entretanto, essa previsão não se aplica ao curto prazo. “Vai levar no mínimo um ano para que este setor volte à normalidade, com uma freada no aumento do valor dos automóveis”, prevê o executivo.

A explicação para a alta atual está na escassez de determinadas peças e componentes no mercado: atualmente, a cada cinco itens disponibilizados, quatro são destinadas às linhas de montagem, e apenas uma à linha de reposição. “E se falta peça de reposição para a linha de montagem do veículo, o cenário é ainda mais crítico em lojas e concessionárias”, salienta Fugishima.

Atualmente, essa lógica aumenta o custo das franquias, eleva os valores da Tabela Fipe e, naturalmente, dispara o valor dos prêmios, com um aumento em torno de 50 a 60%. O resultado dessa equação é um sinistro médio com um custo muito maior.

Seguro Frota como salvaguarda

Apesar desse cenário, abrir mão da contratação de um Seguro Frota é uma manobra arriscada para as empresas, afinal, ao abdicar da solução, o segurado deixa de contar com toda a proteção em caso de acidentes e perde a possibilidade de gerir os veículos em uma mesma apólice e sob as mesmas condições.

“Na verdade, diante dessa conjuntura, o Seguro Frota passa a ser uma ferramenta ainda mais essencial, pois, além de agregar coberturas para aumentar a vida útil e a segurança dos veículos corporativos, a modalidade engloba mais automóveis em uma

única apólice e, por isso, viabiliza negociações e formas de pagamento diferenciadas”, argumenta o especialista.

A gestão de apólice é outro grande diferencial da solução. “Ao unificar todos os veículos em um mesmo contrato de seguro, o beneficiário passa a ter uma visão simplificada das vantagens e coberturas contratadas – o que é muito mais eficaz do que ter diversos veículos alocados em seguradoras e tarifas diferentes”, detalha o Superintendente. A negociação do produto também é individualizada de acordo com o segmento, o porte e as necessidades das frotas. *Fonte: Sonho Seguro*



MULHERES LUTAM POR ESPAÇO NA DIREÇÃO DE SEGURADORAS

Patrícia Freitas assumirá como nova presidente da Prudential no Brasil a partir de 2023.

A executiva ocupará um posto normalmente dominado por homens – cenário que prevalece no mercado como um todo e se repete entre as seguradoras. Ainda que haja um engajamento maior das empresas para a redução das desigualdades de cargos e salários, elas ainda persistem.

Um estudo da Escola de Negócios e Seguros (ENS) mostra que quanto mais elevado o cargo, menor é a participação feminina. No setor, as mulheres representam 57% dos cargos de menor qualificação. Entre os executivos, a participação cai a 31%.

De toda forma, o setor tem evoluído, na visão de Maria Helena Monteiro, diretora da ENS. Atualmente 56% das seguradoras trabalham ativamente para incentivar mais mulheres nos cargos executivos, percentual que dobrou em seis anos.

“Tem havido uma conscientização maior do mercado de seguros, que era muito conservador, e está sendo obrigado a mudar”, diz Monteiro.

Entre as seguradoras ouvidas pelo Valor, também foram mencionadas práticas de inclusão de outros grupos, como negros, pardos e LGBTQIA+. *Fonte: Valor Econômico | Autor: Juliana Schincariol*

No setor, as mulheres representam 57% dos cargos de menor qualificação. Entre os executivos, a participação cai a 31%.



Pellon & Associados

A D V O C A C I A

RIO DE JANEIRO

Edifício Altavista
Rua Desembargador Viriato, 16
20030-090 Rio de Janeiro RJ Brasil
Tel.: +55 21 3824-7800

VITÓRIA

Edifício Palácio do Café,
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675
salas 1.110/17 29050-912 Vitória ES Brasil
Tel.: +55 27 3357-3500

SÃO PAULO

Edifício Olivetti,
Av. Paulista, 453, 8º e 9º andares
01311-907 São Paulo SP Brasil
Tel.: +55 11 3371-7600

BRASÍLIA

Edifício Platinum Office,
SIG, Quadra 1, Lotes 375/395
Salas 109, 111, 113 e 115 – 70610410
Brasília DF Brasil
Tel.: + 55 61 21012027



+55 11 3371-7600

www.pellon.com.br
corporativo@pellon.com.br